

32 anos de Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira: temas e problemas de pesquisa¹

*32 años de Reservas Extrativistas (Reservas de Recolectores) en la
Amazonía brasileña: temas y problemas para la investigación*

*32 years of Reservas Extrativistas (Gatherer Reserves) in the Brazilian
Amazon: topics and issues for research*

Anselmo Gonçalves da Silva²³

Resumo

A Reserva Extrativista é uma importante categoria de área protegida do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) do Brasil. Essa modalidade de ordenamento territorial foi amplamente implementada na Amazônia brasileira, tendo sido criadas setenta e sete (77) unidades na região, correspondendo a uma área de aproximadamente de 147.464 km² — dimensão superior à de países como a Inglaterra, por exemplo. Vencidas três décadas desde a criação desta modalidade, crises e conflitos têm emergido na pauta pública e agenda política, sendo o crescimento do desmatamento e da pecuária os mais evidentes. Apesar disso, as Reservas Extrativistas seguem sendo um importante instrumento para a conservação da biodiversidade e planejamento do desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. Nesse contexto, esse ensaio objetiva apresentar uma relação de temas e problemas de pesquisa, formulados como sugestões para compor uma agenda de investigação que subsidie a gestão adaptativa das Reservas Extrativistas ante os desafios do tempo presente.

Palavras-Chave: Amazônia; áreas protegidas; populações tradicionais; desmatamento; pecuária.

Resumen

La Reserva Extrativista (Reservas de Recolectores) es una importante categoría de área protegida del Sistema Nacional de Unidades de Conservación de la Naturaleza (SNUC) de Brasil. Esta modalidad de planificación territorial fue ampliamente implementada en la Amazonía brasileña, con la creación de setenta y siete (77) unidades en la región, correspondientes a un área de aproximadamente 147.464 km², una dimensión mayor que la de países como Inglaterra, por ejemplo. Luego de tres décadas desde la creación de esta modalidad, crisis y conflictos han emergido en la agenda pública y política, siendo el crecimiento de la deforestación y la ganadería los más evidentes. A pesar de esto, las Reservas Extrativistas (Reservas de Recolectores) siguen siendo un instrumento importante para la conservación de la biodiversidad y la planificación del desarrollo sostenible en la Amazonía brasileña. En ese contexto, este ensayo tiene como objetivo presentar una lista de temas y problemas de investigación, formulados como sugerencias para componer una agenda de investigación que apoye la gestión adaptativa de las Reservas Extractivas frente a los desafíos del presente.

Palabras claves: Amazonia; áreas protegidas; poblaciones tradicionales; deforestación; ganadería.

¹ Artigo apresentado no IV Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura, na modalidade híbrida, novembro de 2022.

² Doutorando em Estudos Contemporâneos; Universidade de Coimbra; Portugal.

³ Professor no Instituto Federal do Acre (IFAC); Xapuri, Acre, Brasil. anselmo.silva@ifac.edu.br.

Abstract

The *Reserva Extrativista* (Gatherer Reserves) is an important category of protected area of the Brazilian National System of Nature Conservation Units (SNUC). This modality of territorial planning was widely implemented in the Brazilian Amazon, with seventy-seven (77) units being created in the region, corresponding to an area of approximately 147,464 km² — a dimension larger than that of countries such as England, for example. After three decades since the creation of this modality, crises and conflicts have emerged on the public agenda and political agenda, with the growth of deforestation and livestock being the most evident. Despite this, the *Reservas Extrativistas* (Gatherer Reserves) continue to be an important instrument for biodiversity conservation and sustainable development planning in the Brazilian Amazon. In this context, this essay aims to present a list of topics and issues for research, formulated as suggestions to compose a research agenda that supports the adaptive management of *Reservas Extrativistas* (Gatherer Reserves) in the face of the challenges of the present time.

Keywords: Amazon; protected areas; traditional populations; deforestation; livestock.

1. Introdução

Nós, os seringueiros, não queremos transformar a Amazônia num santuário; o que nós não queremos é a Amazônia devastada. E aí se pergunta: qual é a proposta que vocês têm? E nós então começamos a discutir além da questão da luta contra o desmatamento, nós começamos a apresentar a proposta alternativa para a conservação da Amazônia. Estas propostas se baseiam hoje na criação das reservas extrativistas. (MENDES, 1990)

A gênese das Reservas Extrativistas no Brasil deu-se a partir de conflitos fundiários no Estado do Acre, na Amazônia brasileira; ocasionados pela expulsão de seringueiros⁴ de áreas florestais em que viviam há várias gerações, na forma de seringais⁵. Nesse fundo, principalmente entre os anos de 1985 e 1990, os movimentos sociais seringueiro, indígena e ambientalista, ativistas e intelectuais, partidos e organizações de esquerda política, articularam-se na formulação dessa proposta. Essa modalidade de ordenamento territorial alcançou legitimidade social e política, se revelando importante instrumento para conciliação de conflitos fundiários e territoriais, reconhecimento de direitos, e planejamento do desenvolvimento sustentável em territórios amazônicos (PORTO-GONÇALVES, 2003; ALMEIDA, 2004; ALMEIDA e PANTOJA, 2004; ALLEGRETTI, 2008).

⁴ Inicialmente, o termo referia-se a uma categoria de trabalhadores; formada principalmente pela migração de populações do Nordeste brasileiro, em vários ciclos, para trabalhar na extração de látex de árvores nativas na Amazônia - num sistema que ficou conhecido como seringal. Posteriormente a criação das Reservas Extrativistas foi reconhecida como uma categoria de população tradicional.

⁵ Áreas de floresta, com abundância de seringueiras nativas, que eram divididas em várias unidades de manejo, denominadas colocações. Em cada colocação residia uma família de seringueiros que realizava o trabalho de extração do látex das árvores da área.

A entidade jurídica Reserva Extrativista foi criada em 30 de janeiro de 1990 — após o assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988. Nesse momento ela foi definida como “espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”; incluindo, dentre outras, as seguintes características: a) exploração “autossustentável” para “conservação dos recursos naturais”; b) propriedade pública; c) uso e gestão regulados por um “contrato de concessão real de uso” firmado entre o Estado e as populações, incluindo um plano de utilização com cláusula de rescisão no caso de “quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência da concessão intervivos” (BRASIL, 1990). Nesse mesmo ano, foram instituídas as quatro (4) primeiras Reservas Extrativistas: Alto Juruá e Chico Mendes, no Estado do Acre; Rio Ouro Preto, em Rondônia; e, Rio Cajari, no Amapá.

No ano 2000, com a reformulação da legislação nacional de áreas protegidas, as Reservas Extrativistas foram agregadas, junto com outras 11 categorias de áreas protegidas, ao então criado Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) — o que marcou a proeminência da dimensão ambiental e da cultura internacional de áreas protegidas na modelagem e gestão desta categoria, com efeitos de ambiguidades e conflitualidades em relação à proposta original formulada pelo movimento seringueiro (PORTO-GONÇALVES, 2016). Assim, há aproximadamente dez anos após a sua criação, a definição de Reserva Extrativista (RESEX) passa a ser a seguinte:

É uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000, art. 18)

Nas três últimas décadas, noventa e seis Reservas Extrativistas foram criadas no Brasil, abrangendo uma área aproximada de 156.899 km² — dimensão superior à de países como Portugal (92.152 km²) e Coreia do Sul (100.210 km²). Na Amazônia brasileira estão aproximadamente 94% da área desse tipo de área protegida — são 77 unidades. (MMA, 2022).

Nesse percurso, diversidade de fatores e processos incidiram sobre as populações que residem nessas áreas — modificando-as, em alguns casos acentuada e estruturalmente; e, também, o conjunto institucional representado por meio da nomenclatura Reserva Extrativista foi sendo modificando no tempo, se distanciando dos fundamentos filosóficos das ideias

originais — a isso, nos referimos aos marcos legais e artefatos⁶ que dão forma a institucionalidade e a sua implementação (PORTO-GONÇALVES, 2016). Nas últimas três décadas, parcela significativa dos apoios governamentais esperados pelo movimento seringueiro também não foram efetivados — faltou apoio para promoção da economia da floresta e do desenvolvimento produtivo de baixo impacto, infraestrutura, educação diferenciada, gestão territorial, dentre outros (ALMEIDA *et al.*, 2018). O que faz crescer a pressão das populações residentes por meios para satisfazer as suas necessidades; que são crescentes no contexto do contemporâneo.

O resultado é uma ampla gama de conflitos e problemáticas crescentes no nível local, em diversas regiões, principalmente em áreas de fronteiras de commodities (BECKERT *et al.* 2021) — onde desmatamento e agropecuária se expandem no interior de diversas unidades, ameaçando descaracterizá-las (PEREIRA, 2013; MASCARENHAS *et al.*, 2018; SILVA *et al.*, 2019; FRANCO e SAHR, 2022; FONSECA *et al.*, 2022). Na pauta política, observa-se a ampliação de questionamentos a respeito de modelos de uso e ocupação não hegemônicos na Amazônia brasileira — sendo as Terras Indígenas e as Reservas Extrativistas os principais objetos de interpelação. Além dos discursos políticos nesse sentido, amplamente promovidos pelo Bolsonarismo (BARRETO-FILHO, 2020), iniciativas políticas diversas, alinhando interesses locais e conflitos não geridos, têm objetivado deslegitimar o modelo Reserva Extrativista — esse é o caso do PL 6024/2019, que propõe a desafetação de parte da Reserva Extrativista Chico Mendes, por exemplo (MACHADO *et al.*, 2020). No clima cultural e político da nossa época, após mais de três décadas desde a criação desta modalidade, percebe-se em diversos meios sociais, sobretudo em regiões de maior pressão do *extractivism*⁷⁸,

⁶ Aqui, são considerados artefatos, existências formais e não formais, que estão associadas e adjuntas ao processo de implementação das Reservas Extrativistas – podem ser leis; políticas; instituições com suas modelagens; cultura organizacional; programas e práticas de gestão, como o modelo de fiscalização ambiental, por exemplo; dentre outras existências.

⁷ O termo *extractivism* em inglês, representa “um complexo de práticas, mentalidades e diferenciais de poder, subscrevendo e racionalizando modos socioecológicos destrutivos de organizar a vida através da subjugação, esgotamento e não reciprocidade” (CHANG, 2022, p. 763). O *extractivism* funciona como uma cosmologia que viabiliza o desmatamento na Amazônia, ou seja, a extinção de vidas não humanas, e a extração de elementos do território que são tomados como “recursos” (sem preocupações com a manutenção dos sistemas socioecológicos) (KRÖGER, 2022).

⁸ De acordo com Fátima Cristina da Silva, em informação verbal durante o encontro de pesquisadores da Amazônia na Finlândia, realizado em dezembro de 2021, esse termo não deve ser traduzido literalmente para a língua portuguesa, pois “extrativismo” no Brasil tradicionalmente representa manejo sustentável de recursos

inclusive entre moradores, a ocorrência de um modo de percepção dual, polarizado, a respeito da institucionalidade Reserva Extrativista — onde ela seria boa ou ruim, haveria “dado certo” ou “dado errado”, deveria continuar existindo ou ser extinta.

Nesse bojo, considerando a representatividade e grande importância dessa modalidade para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira (ALMEIDA *et al.*, 2018), acredita-se que é necessário avançar no conhecimento das problemáticas que emergem da implementação das Reservas Extrativistas, buscando uma abordagem complexa e interdisciplinar, com foco em gerar subsídios para a sua gestão adaptativa (MELO e AGOSTINHO, 2007; TEBET e TRIMBLE, 2019; SILVA *et al.*, 2022).

Acredita-se que importantes subsídios podem ser identificados na literatura científica relacionada. Nas últimas décadas, autores com distintas perspectivas analíticas abordaram aspectos associáveis a implementação dessa modalidade, e a dinâmica de reprodução social⁹ de populações residentes nessas áreas. Essa produção científica discute principalmente mudanças culturais; transformações produtivas e dos padrões de produção do espaço habitado; a expansão da pecuária; a viabilidade da economia do extrativismo florestal sustentável; a adequabilidade da modelagem, gestão e implementação do modelo; dentre outros.

Nesse ensaio, a partir da sistematização de uma revisão de literatura narrativa, selecionou-se produções que abordaram aspectos que possam ser reconhecidos como problemáticas associadas a implementação do modelo Reserva Extrativista (com diversos recortes e abordagens teóricas). Com isso, construiu-se uma agenda de pesquisa, composta de temas e problemáticas de investigação considerados importantes para apoiar a adaptabilidade do modelo de Reservas Extrativistas ao contexto atual da Amazônia brasileira.

2. Temas e problemáticas de pesquisa

2.1 Mudanças associadas entre práticas produtivas e cultura

Na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), “berço” da gênese dessa modalidade, pesquisadores identificaram transformações culturais profundas associadas à expansão da

florestais e está associado a história das Reservas Extrativistas e do movimento extrativista institucionalmente organizado no CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas).

⁹ Considera-se aqui reprodução social, como a dinâmica de permanências, inovações, resignificações e rupturas das características de um grupo populacional, no processo de sucessão geracional, no tempo.

pecuária, com repercussões na sustentabilidade (CASTELO, 2014; HOELLE, 2015; FITTIPALDY, 2017; SILVA *et al.*, 2019; KROGER, 2019).

Hoelle (2015) estudando a ascensão da pecuária no Acre informa que identidades como a dos seringueiros (extrativistas), fortemente baseada nas práticas, num contexto de mudanças das próprias práticas, tendem a sofrer questionamentos e tensões. Para o autor, as percepções culturais relacionadas à tradição seringueira continuam a orientar aquelas populações até certo ponto, mas estas disposições estão subsumidas por fatores estruturais que favorecem esmagadoramente a pecuária sobre os meios de subsistência florestal — por isso muitos seringueiros preferem criar gado.

Já segundo Kröger (2019), estudando esse fenômeno na RECM, a resistência tradicional dos seringueiros à pecuária e à extração ilegal de madeira, por exemplo, baseou-se em argumentos de uma economia moral mais antiga, relacionada a uma ética específica de relação com a floresta e de rejeição de males do capitalismo. Então, mudanças significativas na economia moral promovidas pela economia política dominante alteraram a dimensão subjetiva das populações, com expressão em transformações nas atitudes, hábitos, relações sociais, dentre outros. E, essas mudanças no espaço produzidas pela pecuária têm consequências no futuro, na medida em que inviabilizam, pela redução crescente das florestas, economias morais e políticas de base florestal, o que pode levar à extinção subjetividades extrativistas em poucas gerações.

Silva *et al.* (2019), comparando percepções e expectativas de jovens de duas comunidades da Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), indica que essas transformações ocorrem com distinções importantes na escala do local e dependem de fatores como: a) qualidade de vida percebida pelas populações; b) contato com portadores discursivos; e, c) avaliação dialógica no tempo, entre as percepções atuais de sucesso na satisfação das necessidades constituídas, e as expectativas de viabilidade futura de iniciativas em torno do projeto das Reservas Extrativistas. Segundo os autores, esses fatores podem influir adaptabilidades do social, do cultural e do político, afastando-os da visão de desenvolvimento¹⁰ proposto pela modalidade Reserva Extrativista.

¹⁰ Utiliza-se o termo “desenvolvimento” na sua forma mais literal, definido como “o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo” (MALUF, 2000, s/p.).

É importante destacar que esses fenômenos em Reservas Extrativistas Amazônicas são percebidos com maior impacto nas fronteiras de *commodities*, onde o *extractivism* se expande com maior pressão sob universos socioecológicos diferenciais (BECKERT *et al.* 2021; KRÖGUER, 2022). E, que, além de aspectos econômicos desses fenômenos, as dimensões cosmológicas são uma importante abordagem a se desenvolver (KRÖGUER, 2021; 2022).

Diante dessa discussão, que mobiliza mudança cultural associada dialogicamente a transformações econômicas e de práticas (pecuária, agricultura intensiva, dentre outras), percebe-se que as seguintes questões são relevantes:

- Que transformações estão ocorrendo no processo de reprodução social de populações extrativistas (considerando as dimensões cultural e econômico-produtiva)? Que impactos promovem nas configurações das populações? Que rupturas? Que conflitualidades associadas? Que recomendações para ampliar a resiliência dos sistemas socioecológicos em Reservas Extrativistas (DEARING *et al.*, 2015; CINNER e BARNES, 2019)?
- Que disputas ocorrem na dimensão da cultural e das ideologias associadas a implementação das Reservas Extrativistas? Que aspectos de poder estão associados? Quem são os atores sociais envolvidos?
- Que aspectos ontológicos estão implicados ao *extractivism* em curso em Reservas Extrativistas? Quais seriam as resistências potenciais e as suas alternativas no âmbito da cultura? Que recomendações para promover a emergência das ontologias e epistemologias locais como projetos de desenvolvimento?
- A escola, a educação e a comunicação seriam instrumentos poderosos para ampliar a resiliência cultural? Que recomendações para políticas públicas nesses campos?

2.2. Pecuária e agricultura não tradicional: contextos, consequências e possibilidades

Na RECM, estudada nas pesquisas antes apresentadas, a relação entre mudanças cultural, econômica e de práticas de produção (pecuária) e padrões de produção espacial (desmatamento) é evidente. Mascarenhas *et al.* (2018), estudando o desmatamento nesta área protegida, informam que cerca de 5,6% da área foi desmatada entre 1997 a 2016, e que o tamanho dos polígonos médios cresceu de 3 ha/ano (2001 a 2006) para 8 ha/ano (2007 a 2016), sendo 92% deles expansão de desmatamentos existentes.

Em outras Reservas Extrativistas, investigações sobre a pecuária apontam conclusões diferentes. Estudando a criação de bubalinos na Reserva Extrativista Verde para Sempre, no Estado do Pará, Quinzeiro Neto *et al.* (2014) apontam que a criação desse tipo de animal é tradicional, inserida naquele território no início do século XX, e que a sua prática na escala familiar não implica desmatamento, pois os rebanhos são manejados em áreas de várzea dos rios. Portanto, indica a necessidade de melhor percepção das inter-relações e realidades locais, para discussão da atividade, e que, no caso da área protegida estudada, a bubalinocultura deva ser considerada como elemento fundamental no bojo das políticas públicas de sustentabilidade aplicadas. Pantoja *et al.* (2009), estudando a Reserva Extrativista Alto Juruá, entendem que “é necessário retirar o excessivo foco que tem recebido a “pecuarização” das Reservas e contextualizá-la como um processo com múltiplas conexões”.

No caso da Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, no Estado do Pará, Spínola e Filho (2019) caracterizam a atividade pecuária como de subsistência, devido ao porte e modos de produção identificados, não se configurando como vetor importante de desmatamento naquela área protegida — mas, segundo os autores, numa perspectiva de longo prazo, pode vir a ser. Apesar disso, defendem que o debate em torno do tema não pode ser pautado pela dicotomia alternativa entre poder ou não criar gado em Reservas Extrativistas, mas na sustentabilidade das práticas econômicas do uso dos recursos naturais disponíveis diante de cada realidade local. Na mesma pesquisa, (SPÍNOLA e FILHO, 2019), analisando dados de caracterização da cobertura do solo em 30 Reservas Extrativistas Amazônicas, conclui que 28 delas possuem menos de 3% de território convertido em pastagem. Embora a pecuária seja uma discussão atual nas Reservas Extrativistas, a atividade é proibida pelo SNUC, que permite apenas, no seu artigo 18º., a criação de “animais de pequeno porte” (BRASIL, 2000).

Vê-se, assim, que cresce a discussão em torno da pecuária na Amazônia brasileira (e, pode crescer num futuro próximo entorno da agricultura intensiva ou não moderna), com uma profunda dinâmica de transformações da economia e de práticas de produção dos extrativistas. Surge assim um importante ponto de tensão e discussão sobre a sua implementação das Reservas; pois, implica pressões transicionais para atividades de base não florestal. Em outras palavras, pode-se dizer que, há adensamento de disputas e conflitos pelo delineamento das proporções e das interfaces, no espaço, entre atividades de produção de base florestal, de base não florestal e de conservação de vidas não humanas e de ecossistemas associados. Nesse bojo, parece-me importante perguntarmo-nos:

- Quais são, e onde estão, as principais pressões de *extractivism* sobre Reservas Extrativistas amazônicas? Quais as diversidades de efeitos e configurações da pecuária e da agricultura intensiva em Reservas Extrativistas amazônicas, considerando as diversas tipologias de formações sociais, territorialidades e configurações socioecológicas acolhidas por esse modelo? Que recomendações para mitigar as pressões?
- Quais os aspectos processuais, financeiros e quantitativos do funcionamento do *extractivism* em Reservas Extrativistas amazônicas? Quem são os atores e as cadeias de produção envolvidas? Que recomendações para incluir esse sistema na responsabilização pelas ilegalidades e externalidades produzidas?
- Qual seria um “lugar” e um “modo”, sustentável, para as atividades de pecuária¹¹ e de agricultura moderna no modelo Reserva Extrativista? No sentido de se discutir um *mix* e configuração de produção (economia) adequado para cada realidade local, que viabilize a satisfação das necessidades percebidas pelas populações no contemporâneo. Disto, derivar-se-ia um modelo de ordenamento territorial mais adaptativo e flexível para cada contexto (como foi pensado originalmente pelo movimento seringueiro), gerindo conflitos.

2.3. Assimetrias de poder e direitos percebidas pelas populações residentes

Outro importante ponto de discussão, simultâneo nos debates, embora por vezes implícito, são as disputas de caráter ético, filosófico, ideológico e jurídico, sobre a simetria e assimetria de direitos de populações residentes em Reservas Extrativistas em aspecto comparado a outros grupos populacionais. Parece-me que, em algumas Reservas, principalmente em fronteiras (ZERETE BOTÍA, 2008), emergem percepções de assimetrias sociais e de direitos a partir de populações residentes em relação a populações rurais exteriores (como moradores de projetos de assentamento de reforma agrária, fazendeiros, posseiros, dentre outros) — essas expressões foram instrumentalizadas pelo Bolsonarismo (BARRETO-FILHO, 2020), mobilizando polarizações político-ideológicas no interior dessas áreas. Essas percepções surgem muitas vezes justificadas por elementos como: a participação

¹¹ Nesse tema seria importante revisar os aspectos filosóficos originais do modelo; e, observar que a proibição de criação de grandes animais ocorreu há aproximadamente dez anos após a criação dessa institucionalidade, por ocasião da sua inclusão no SNUC.

não opcional num projeto de desenvolvimento alternativo já pré-determinado; aspetos dos direitos que limitam a percepção da estabilidade da posse; dispositivos de controle de uso e ocupação adicionais em relação a outras populações rurais; a modelagem da gestão que concentra alto poder no Estado, com baixa participação social efetiva; dentre outros aspectos. Uma expressão pejorativa que representa esse tema, e que é comumente ouvida em Reservas Extrativistas do Acre, é: “eu sou como um cuidante do governo”.

Diante disso, parece-me importante acolher em termos de pesquisa participada, com abordagem de cocriação (Morelli, 2021), as insatisfações e inquietações que emergem do social em Reservas Extrativistas. Ignorá-las, fazendo-as como ausências (Santos, 2018), pode ampliar conflitos que podem ser geridos — e seria antagônico aos princípios originadores do modelo. Nesta investida, penso que dever-se-ia investigar:

- Quais as percepções de moradores¹² ante aos diversos artefatos normativo-legais e de gestão que formam o arcabouço de implementação do modelo Reserva Extrativista? O que deveria ser mudado? Como poderia ser?

2.4. A filosofia original do modelo e a homologia com sua implementação

Podemos observar críticas de autores que acompanharam a geração e implementação das Reservas Extrativistas, apontando ambiguidades e incoerências entre os aspectos filosóficos originais do modelo e a sua implementação — impactando negativamente os objetivos inicialmente definidos (ALMEIDA e REZENDE, 2013; PORTO-GONÇALVES, 2016; ALMEIDA *et al.*, 2018). Dentre esses aspectos, citam: a inclusão das Reservas Extrativistas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, o que produziu um enquadramento burocrático estatal que constitui diversas formas de regulações adicionais e de dominações, com foco central na dimensão ambiental e valorização da dimensão técnico-moderna em detrimento de aspectos tradicionais; desvalorização dos planos de uso comunitários em face de planos de manejo técnicos, enfraquecendo o poder das comunidades; transfiguração da lógica autogestionária em conjuntos de estruturas burocráticas que assumem a governança territorial, em detrimento das populações e das suas organizações; a extinção do CNPT como órgão estatal específico para cogestão destas aéreas, sendo substituído por

¹² Reforça-se a necessidade de ater-se, e considerar na estrutura de investigação, a alta diversidade de formações e configurações sociais que estão sob efeitos da institucionalidade Reserva Extrativista. Isso deve ser observado em vários problemas de investigação apresentados nesse texto.

órgãos ambientais generalistas; e, adicionalmente, lembram a ausência de investimentos consistentes em educação, saúde, desenvolvimento econômico, dentre outros (ALMEIDA e REZENDE, 2013; PORTO-GONÇALVES, 2016; ALMEIDA *et al.*, 2018).

Nesse bojo, parece-nos necessário investigar a homologia entre a arquitetura de ideias gerada na concepção do modelo, ou seja, o projeto original, e o que se implementou no tempo. Assim, como a homologia entre a visão de mundo e projeto de vida elaborada por populações extrativistas no presente e o projeto que se lhes é proposto pelo dispositivo Reserva Extrativista — considerando que esse é um projeto emancipatório dos sujeitos que envolve. Em forma de questões, poderíamos perguntar:

- Qual a coerência filosófica entre os princípios e estrutura de ideias do projeto original de Reservas Extrativistas e as existências criadas associadas à sua implementação (artefatos)? Que conflitualidades? Que recomendações para realizar ajustes nos artefatos para garantir a homologia entre a filosofia original do projeto e os artefatos associados à sua implementação?
- Qual a relação entre a visão de futuro e projetos de vida¹³ dos moradores das Reservas Extrativistas e a estrutura de ideais e visão de futuro propostas pelo projeto original das Reservas Extrativistas? Que conflitualidades? Que recomendações para adaptar a modelagem das Reservas Extrativista para um próximo período de implementação? (Para gerir as conflitualidades, e considerar as emergências¹⁴ dos moradores)

2.5. O extrativismo¹⁵ do futuro

Uma das principais causas dos conflitos de implementação das Reservas Extrativistas é a crise do extrativismo como alternativa econômica para esses territórios. À semelhança de povos originários, os extrativistas percebem novas necessidades que lhes demandam geração de recursos monetários; e, como o extrativismo e as alternativas econômicas de baixo impacto não se desenvolveram (ou não foram promovidas); as economias do *extractivism* estão se

¹³ Nesse aspecto, é fundamental considerar os projetos de vida juvenis.

¹⁴ A importância de incluir a emergência dialógica dos moradores de Reservas Extrativistas em discussões abertas a respeito da modelagem dessa institucionalidade, está no forte caráter participativo, emancipatório e autônomo das populações presente no processo de gênese do modelo e em sua proposta original (CUNHA, 2010).

¹⁵ Reforça-se que, aqui, extrativismo é considerado manejo sustentável de produtos florestais.

colocando disponíveis para essas populações, e instalando-se paulatinamente em muitas Reservas Extrativistas — o que pode afetar os pressupostos fundacionais do modelo de desenvolvimento, o capital simbólico e a economia moral afetas às características originais das Reservas Extrativistas (KRÖGUER, 2019). Medina e Barbosa (2016), estudando a questão produtiva em Reservas Extrativistas, entendem que soluções econômicas sustentáveis para populações que residem em áreas protegidas são um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. E, ainda, que:

[os] sistemas tradicionais estão ameaçados pela burocracia governamental, que nega a possibilidade de criação de grandes animais em UCs, mesmo quando a atividade é anterior à criação da unidade; define planos formais de manejo florestal como única opção para o uso comercial das florestas, inclusive com requerimentos inacessíveis para as famílias; e não reconhece os acordos de pesca elaborados pelas comunidades. Sem alternativas para a geração de renda, as famílias estão sendo condenadas à pobreza, à ilegalidade e ao êxodo rural. Tratar da questão produtiva é fundamental para o futuro das Resex no Brasil. (MEDINA E BARBOSA, 2016, p.69)

A discussão em torno da viabilidade do extrativismo vegetal por populações amazônicas é ampla, com diversas interpretações, a depender da perspectiva teórico-metodológica utilizada nas pesquisas. Teixeira *et al.* (2018), analisando dados empíricos de 28 Reservas Extrativistas amazônicas, identificam uma complexa estrutura produtiva nesses territórios, composta principalmente por atividades de agricultura, extrativismo vegetal e pesca, em regime de economia familiar. Esta produção econômica, por se tratar de autoconsumo e renda não monetária, está ausente ou subdimensionada em dados oficiais. Segundo os autores, o identificado concorda com o proposto para esta modalidade territorial, propiciando “garantia dos meios de vida, de reprodução social e econômica das comunidades tradicionais em estrita articulação com o uso racional e a conservação dos recursos naturais” (p.181).

Para Sousa (2018), o extrativismo vegetal em geral, pela ortodoxia econômica neoclássica, seria uma opção ultrapassada, mas, com a inclusão nas últimas décadas de preocupações ambientais e socioculturais, o extrativismo se viabilizou como alternativa de desenvolvimento sustentável, incrementado com estratégias de agregação de valor, adição de tecnologias, ganho de produtividade, melhoria de qualidade, formas cooperativas de beneficiamento e comercialização, entre outros — marcando uma abordagem positiva da atividade. As avaliações de experiências que empreenderam esse entendimento apontam fraco

desempenho econômico, embora o autor indique que o seu sucesso deva ser analisado também por parâmetros não econômicos, como aqueles afetos ao bem-viver, à conservação da biodiversidade e aos serviços ambientais associadas, entre outros. Para Homma (2012), a baixa produtividade da terra e mão de obra, principalmente com a pulverização espacial da extração, dificulta a economia de escala, e, por consequência, o extrativismo — nesse bojo, Homma (2012), prevê que a extração de madeira, a pecuária, atividades de roça, dentre outras, poderão levar a uma “reserva extrativista sem extrativismo” (p.43).

Nisto, duas linhas de pesquisa parecem-me importantes:

- Que experiências de sucesso na economia de base florestal, comunitária ou familiar, são bem-sucedidas em Reservas Extrativistas amazônicas? Que recomendações para fortalece-las e replicá-las?
- Com o conhecimento já disponível, quais as potencialidades e oportunidades para economias de base florestal e de alternativas de baixo impacto em Reservas Extrativistas amazônicas? Que recomendações para políticas públicas e intervenções?

Destaca-se que, diante do desafio de se promover a economia da floresta e alternativas de baixo impacto na Amazônia, as questões acima apresentadas são muito diminutas. Necessitar-se-ia de um texto específico para desenvolver o tema. Embora isso, destaca-se que, atualmente, as iniciativas de pesquisa que encara objetos nesse campo, são fragmentadas, e desarticuladas com uma política de intervenção macro estruturada. Considerando isso, frisa-se que seria necessário articular as instituições de pesquisa amazônicas, parceiros nacionais e internacionais, num programa de pesquisa cujo objetivo seria desenvolver a economia da família agroflorestal amazônica. Pelo porte necessário que esta demanda exige, penso que seria necessário a criação de uma instituição estatal¹⁶, federal, a semelhança da EMBRAPA¹⁷ (porém, com aspectos de coordenação de uma rede e programa amplo de pesquisa e desenvolvimento; extensão de conhecimento; financiamento, acompanhamento e execução de projetos).

¹⁶ Uma ideia nesses termos foi oferecida por Miguel Scarcello, da ONG SOS Amazônia, durante sua palestra na Semana de Meio Ambiente do IFAC (Campus Xapuri), em 2022.

¹⁷ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

2.6. Resiliência de culturas tradicionais

As populações extrativistas, sobretudo as juventudes, vivenciam contextos inovadores, se relacionados com aqueles que forjaram essas populações no passado. À semelhança de povos indígenas amazônicos, no seu momento atual, os extrativistas estão transitando de uma fase de situação de luta pelo reconhecimento dos seus territórios para a responsabilidade de gerir as suas terras sob novos paradigmas — burocrático-estatais (LE TOURNEAU, 2015). E, ainda, as pressões do *extractivism*, o contato com sistemas culturais diversos, e as dinâmicas floresta-cidade, e as necessidades monetárias têm sido crescentes. Todo esse conjunto impacta a capacidade de resiliência das populações. Porém, uma questão parece ser fundamental:

- Porque algumas populações parecem ter maior capacidade de manter os seus conjuntos cosmológicos tradicionais como referências para os seus processos desenvolvimentais — resultando em alta resiliência. Que fatores endógenos podem explicar esse fenômeno?

2.7. Eficácia do modelo no alcance dos seus objetivos, gestão e políticas públicas

Para um conjunto de autores, o destaque é o insucesso do modelo de Reservas Extrativistas no alcance dos seus objetivos. Dentre os argumentos estão: a dependência do Estado e o reduzido apoio econômico para alcançar conservação ambiental associada às atividades produtivas (FREITAS *et al.*, 2016; AMARAL e FREITAS, 2016); as dificuldades do modelo em considerar a heterogeneidade das realidades sociais, econômicas, ambientais e culturais (FLORETINO *et al.*, 2016); o de que essas unidades foram criadas para conservação ecossistêmica, e como as populações buscam melhores condições de vida, e a economia do extrativismo não se manteve no mercado, a conservação ambiental só pode ser mantida pela repressão e exclusão estatal (FREITAS *et al.*, 2017; 2018); a baixa implementação de políticas públicas básicas nesses territórios (FREITAS *et al.*, 2015; BAIA *et al.*, 2020).

Para abarcar a diversidade de problemáticas incluídas nesse parágrafo, parece-me que é importante a seguinte questão:

- O que pensam os moradores a respeito do modelo e das práticas de gestão das Reservas Extrativistas?
- O que pensam os moradores a respeito das políticas públicas?

- Que recomendações se pode fazer com base nessas emergências sociais para a gestão e políticas públicas?

Ressalta-se que a contextualização e diferenciação das políticas públicas são uma histórica demanda das populações da floresta amazônica — assim, é preciso pesquisa aplicada no sentido de desenvolver e modelar políticas públicas específicas para garantia de direitos nessas áreas. É igualmente importante analisar a efetividade de gestão das instituições responsáveis por essas áreas; a sua modelagem organizacional e das suas políticas (como fiscalização ambiental, monitoramento e controle fundiário e do uso e ocupação, monitoramento ambiental, dentre outros.). E, por último é necessário monitorar o apoio e o cumprimento dos compromissos estatais para com essas áreas e populações.

3. Características e limitações desse ensaio

Sabe-se que o fazer científico está vinculado às escolhas de cada sujeito que opera o sistema científico — podendo estas variarem na filosofia da ciência, na delimitação do objeto, nos conjuntos teóricos para enquadramento, na configuração subjetiva do pesquisador, dentre outros (NUNES, 1194; BECKER, 2010). Dito isto, é importante declarar que a organização de temas e questões de pesquisa apresentadas nesse texto são limitadas a condição de produção subjetiva de um pesquisador a partir da forma como vê e se relaciona com o processo de implementação das Reservas Extrativistas — assim, é de caráter sugestivo, e tem o objetivo de oferecer subsídios e dialogar com a imaginação científica criativa de outros pesquisadores que se interessam por essa modalidade e por populações extrativistas amazônicas.

4. Considerações finais

A Reserva Extrativista é uma existência filosófico-política e jurídico-institucional gerada no espírito de uma época; portanto, porta consigo um conjunto do clima político e das ideias desse tempo. A criação de 77 Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira foi uma vitória de movimentos sociais diversos e grupos políticos específicos; e, só foi possível pelo consenso que se manteve estável nesse período, a respeito das diretrizes para o desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira. Ocorre que, essa visão de futuro e projeto para a região, parecem passar por crises profundas no presente. O que repercute em

conflitos de implementação do modelo, exigindo atenção para as problemáticas que emergem dessa conjuntura, para gestão e adaptabilidades.

Também, nessas três últimas décadas, a própria Reserva Extrativista foi modificada, na sua base filosófica e na modelagem da sua institucionalidade (incluindo os artefatos criados para a sua implementação), do que decorreram ambiguidades e conflitos. E, em muitos territórios, a dimensão cultural e produtiva dos moradores parece entrar em conflito com os pressupostos do modelo para eles — de populações tradicionais que praticam o extrativismo. Esse cenário exige processos reflexivos e dialógicos com as bases sociais que residem nas áreas, a fim de conciliar: a coerência do modelo implementado com os seus fundamentos originários; e, as percepções a partir do viver local, e expectativas dos moradores com relação aos seus projetos de vida e futuro — isso seria importante para manter a estabilidade e legitimidade política interna, e garantir a sua continuidade.

Além dessas problemáticas internas, têm-se também as externas associadas. Aí figuram, principalmente: novos e crescentes contextos de pressão econômica, com avanço dos *extrativisms*, principalmente nas fronteiras (e com a força de mudanças culturais facilitadas por aspectos do contemporâneo); a incapacidade das políticas públicas de garantir as crescentes necessidades e expectativas sociais; a baixa implementação da gestão das áreas, e a incoerência da gestão com os fundamentos originários do modelo; a crise do extrativismo tradicional e de alternativas econômicas de baixo impacto e com agregação de técnicas e tecnologias (salvo em casos específicos). Esses tópicos também são fundamentais para a continuidade das Reservas Extrativistas no tempo.

Nisto, sugere-se avançar em pesquisas que objetivem principalmente as dimensões adaptativas apresentadas nos parágrafos seguintes.

Primeiro, a (re)cocriação, radicalmente participativa, da institucionalidade Reserva Extrativistas pelos seus moradores (com especial atenção às juventudes), juntamente com os artefatos associados a sua implementação. Aqui incluem-se: as legislações, que lhe dão a forma legal; as normativas, de diversas tipologias, que regulamentam os seus aspectos; as políticas, como a Política Nacional da Biodiversidade, por exemplo, que lhe afeta nessa fase atual; a configuração dos órgãos gestores (as suas modelagens organizacionais, instrumentos de gestão, cultura organizacional, políticas de gestão, dentre outros); a cultura de organizações não governamentais e do campo teórico-prático associado. Aqui, deve-se interpelar o modelo atual, com as bases filosóficas do modelo original, promovendo reflexividade com a avaliação

que as populações residentes fazem da sua implementação. Disto, derivar-se-ia um novo pacto, por um projeto filosófico de sociedade expresso numa reconfiguração de Reserva Extrativista que seja consenso para uma vindoura próxima época. Aqui reforça-se: é preciso levar a sério as percepções que as subjetividades residentes produzem no nível local. Desta redefinição, repactuação social, deve-se rever todo o aparato de existências associadas, para lograr homologia e coerência entre a filosofia desse projeto de sociedade e a modelagem das institucionalidades e artefatos que lhe implementam e dão forma. Aqui, recomenda-se a criação participada de uma institucionalidade estatal, fora do campo das áreas protegidas, derivada da filosofia original das Reservas Extrativistas, com foco na gestão participativa dos territórios e desenvolvimento sustentável de uma economia e bem-viver amazônicos, para promover a cogestão de Unidades de Conservação de Uso Sustentável com populações tradicionais no Brasil.

Segundo, a sociedade nacional e o Estado devem levar a sério essas populações, as suas áreas e os seus direitos; nisto, diz-se que se deve pesquisar, desenvolver e modelar políticas específicas e diferenciadas para essas populações — é preciso que haja, principalmente, políticas e investimentos emergenciais em: uma política de desenvolvimento produtivo, com um portfólio de possibilidades, considerando a inclusão de tecnologia e qualificação técnica e tecnológica; um programa de saúde específico; um plano de estruturação logística e de transportes; uma política de educação e formação específica para os moradores de unidades de conservação da Amazônia (é necessária uma escola específica para os extrativistas, que direcione os projetos juvenis para os seus territórios, uma política de cotas e apoio permanência específica para essas populações nas instituições públicas da Amazônia).

Concluindo, acredita-se que o potencial para um modelo de desenvolvimento alternativo sustentável, idealizado pelo movimento seringueiro na forma das Reservas Extrativistas, pode-se realizar na Amazônia brasileira; mas, é necessário que o Estado e a sociedade em geral acreditem nisso, levem a sério a oportunidade que é a implementação adequada do modelo, e realizem os investimentos e gestões necessárias para a sua concretização.

Referências

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, v. 18, p. 39-59, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/13423>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. v. 48, p. 74-98, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/60499>. Acesso em: 30 nov. 2022.

AMARAL, V. S.; FREITAS, J. S. Estado Ineficiente Promove Reservas Extrativistas (In) Sustentáveis Na Amazônia. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, v. 309, p. 1-12, 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/estado.html>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ALMEIDA, M. W. B. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (19)55, p. 34-53, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9hyLqvGyMwS9xBy5b8QMvVh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ALMEIDA, M. W. B.; PANTOJA, M. C. Justiça Local nas Reservas Extrativistas. *Raízes*, 23(01-02), p. 27-41, 2004. DOI: 10.37370/raizes.2004.v23.230. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/230>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ALMEIDA, M. W.; REZENDE, R. S. Uma Nota sobre Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação. *Ruris*, 7(2), p. 185-190, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275251731_Uma_Nota_Sobre_Comunidades_Tradicionais_e_Unidades_de_Conservacao. Acesso em: 07 nov. 2022.

BAIA, A. M. *et al.* Crise Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha na Amazônia. *DELOS: Desarrollo Local Sostenible*, v. 13, p. 84-94, 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/delos/36/reserva-marinha-amazonia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BARRETTO FILHO, H. T. Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia. *Cadernos de Campo*, v. 29, n. 2, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/178663>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BECKER, H. S. (2010). *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BECKERT, S. *et al.* Commodity frontiers and the transformation of the global countryside: a research agenda. *J Glob Hist*, v. 16, p. 435-450. Disponível em: https://ideas.repec.org/a/cup/jglhis/v16y2021i3p435-450_7.html. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. Lei 98.897. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. 1990.

BRASIL. Lei 9.985. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências, 2000.

CASTELO, C. E. F. (2015). *Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias*. Rio de Janeiro: editora AMC Guedes.

CINNER, J. E.; Barnes, M. L. Social dimensions of resilience in social-ecological systems. *One Earth*, 1(1), 51-56, 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2590332219300077>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas**: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990-2010. 308 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental/Tese_Claudia_Cunha.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

DA SILVA, F. C. Introdução à Pedagogia da Floresta: abrindo caminhos para a fusão de conhecimentos, saberes e práticas. *Cabo dos Trabalhos*, no. 26. CES: 2021. Disponível em: https://cabodostrabalhos.ces.uc.pt/n26/documentos/05_Cristina_da_Silva.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

DEARING, J. A. *et al.* Social-Ecological Systems in the Anthropocene: The Need for Integrating Social and Biophysical Records at Regional Scales. *The Anthropocene Review*, 2, 220-246, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2053019615579128>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FITTIPALDY, M. C. P. M. (2017). *Reserva Extrativista Chico Mendes: dos empates à pecuarização?* Rio Branco: Edufac.

FLORENTINO, D. G. *et al.* Análise de reservas extrativistas a partir da economia ecológica. *Observatorio De La Economía Latinoamericana*, v. 16, p. 1-11, 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/reservas.html>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FONSECA, A. *et al.* *Ameaça e Pressão e Desmatamento em Áreas Protegidas: SAD de fevereiro de 2020 a abril de 2020*. Belém: Imazon, 2020. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2022/05/AP-Janeiro-a-Marco-de-2022.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FRANCO, A. O.; SAHR, C. L. L. De modelo ideal de gestão territorial à realidade atual: as disfuncionalidades na Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre/Brasil). *RA'EGA*, v. 54. p. 37-58, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/74076/46705>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FREITAS, J. S.; *et al.* O Mito Das Unidades De Conservação De Uso Sustentável Na Amazônia. *DELOS: Desarrollo Local Sostenible*, v. 8, p. 1-22, 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/delos/22/sociedad-ambiente.zip>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FREITAS, J. S.; SILVA, D. C. C.; RODRIGUES, M. Areas Protegidas En Al Amazon: Un Análisis Institucional Extractiva Reserva El Alto Jurua. *Contribuciones A Las Ciencias Sociales*, v. 6, p. 1-13, 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2016/01/amazonas.html>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FREITAS, J. S. *et al.* Reservas Extrativistas Na Amazônia: Modelo Conservação Ambiental E Desenvolvimento Social?. *Geographia (UFF)*, v. 19, p. 150, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13806>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FREITAS, J. S. *et al.* Reservas Extrativistas sem Extrativismo: uma Tendência em Curso na Amazônia? *Revista de Gestão Social e Ambiental*, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/74341481/pdf.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HOELLE, J. (2015). *Rainforest Cowboys. The Rise of Ranching and Cattle Culture in Western Amazonia*. Austin, University of Texas Press.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 74, n. 26, p. 167-186, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/4Gf73HkZPmhTzhLXTck6zXK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KRÖGER, M. Deforestation, cattle capitalism and neodevelopmentalism in the Chico Mendes Extractive Reserve, Brazil. *Journal of Peasant Studies*, v. 0, n. 0, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2019.1604510>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KRÖGER, M. Frontiers of Existence: Redefining Who Can Exist and How at Resource Frontiers. *Suomen Antropologi: Journal of the Finnish Anthropological Society*, 46(1), 77-96, 2021. Disponível em: <https://journal.fi/suomenantropologi/article/view/99900>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KRÖGER, M. (2022). *Extractivisms, Existences and Extinctions: Monoculture Plantations and Amazon Deforestation*. Taylor & Francis.

LE TOURNEAU F. M. The Sustainability Challenges of Indigenous territories in Brazil's Amazonia. *Current Opinons on Sustainability*, 14, 213-220, 2015. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-01241071/document>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MACHADO, R. B. *et al.* As várias faces das ameaças às áreas de conservação no Brasil. *Ciência e Cultura*, 72.2: p. 58-64, 2020. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252020000200015&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 30 nov. 2022.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. *Estudos: Sociedade e Agricultura*, 15, p. 53-86, 2000. Disponível em: <https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/177>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MASCARENHAS, F. *et al.* Desmatamento e incêndios florestais transformando a realidade da Reserva Extrativista Chico Mendes. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, p. 236–262. McKay, B. M., 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58826>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MEDINA, G. S.; BARBOSA, C. W. S. A questão produtiva nas Reservas Extrativistas. *Novos Cadernos NAEA*, v. 19, n. 2, p. 69-88, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/2318>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MELO, M. A. C.; AGOSTINHO, M. C. E. Gestão adaptativa: uma proposta para o gerenciamento de redes de inovação. *Revista de Administração Contemporânea*, v. p. 11, 93-111, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/qs4cKRCL8sLdqJFMTsHZgNs/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MENDES, C. A luta dos povos da floresta. In: Geografia: Pesquisa e prática social. *Revista Terra Livre*. São Paulo: AGB/Marco Zero, nº 07, 1990. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/issue/view/11>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MMA – Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MORELLI, C. The Right to Change Co-Producing Ethnographic Animation with Indigenous Youth in Amazonia. *Visual Anthropology Review*, 37(2), 333-355, 2021. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/var.12246>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NUNES, A. S. Questões preliminares sobre as ciências sociais. *Análise Social*, vol. 8, nº 30/31, p. 201-298, 1970. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122425711509mQI6ho5Rk43GI8.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PANTOJA, M. C. et al. A. A presença do gado em Reservas Extrativistas: algumas reflexões. *Caderno Pós Ciências Sociais*. v.6, n.12, São Luis: UFMA, 2009. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/60>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PEREIRA, L. B. *Evolução da pecuária bubalina e a transformação dos ecossistemas na RESEX Verde para Sempre: um olhar a partir da análise retrospectiva*. 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas). NEAF/PPGAA/UFPA, Bélem: 2013. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/handle/2011/13322>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. (2003). Geografando nos Varadouros do Mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista). 2. ed. Brasília: Edições Ibama, v. 1.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O Difícil Espelho: a originalidade teórico-política do movimento dos seringueiros e a confluência perversa no campo ambiental no Acre. In: Carlos Walter Porto-Gonçalves; Luis Daniel Hocsman. (Org.). *Despojos y resistencias en América Latina*, Abya Yala. 1ªed. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, v. 1, p. 107-140, 2016. Disponível em: http://estudiosociologicos.org/-descargas/eseditora/despojos-y-resistencias/despojos-y-resistencias-en-america-latina_porto-goncalves.pdf. Acesso em: 30 nov. 2022.

QUINZEIRO NETO, T. C. W. A bubalinocultura em áreas de reserva extrativista na Amazônia: o caso da Resex Verde para Sempre, Porto de Moz, estado do Pará. *Amazônia: ciência & desenvolvimento*, v. 9, n. 18, p. 115-136, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/134331/1/R-18-Bubalinocultura-Areas-Rese.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SANTOS, B. S. (2018). *O fim do império cognitivo*. Coimbra: Almedina.

SILVA, A. G. *et al.* Reprodução social de populações tradicionais e pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes: reflexões a partir dos projetos de vida de jovens extrativistas. *Desenvolvimento e Meio ambiente*, n. 52, 2019. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/101762>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, A. G., DA SILVA, F. C. Da Educação Rural à “Educação na Floresta”: um chamado para a geração de uma escola Amazônica. In: SOARES, A.M. (Org.). *Métodos e práticas pedagógicas: estudos, reflexões e perspectivas 4*. Ponta Grossa: Aya editora, p. 162 - 183. 2022. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/wp-content/uploads/Livros/L171C13.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, R. R. *et al.* Avaliação, implementação e gestão adaptativa de políticas e programas. *Revista Brasileira de Avaliação*, 11(2), 2022. Acesso em: <https://www.rbaval.org.br/article/10.4322/rbaval202211038/pdf/rbaval-11-2-e113822.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SOUSA, W.P. Extrativismo e desenvolvimento no contexto amazônico. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Vol. 35, n. 2, 2018. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/185830/1/Extrativismo-e-desenvolvimento-no-contexto.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SPÍNOLA, J. N.; FILHO, A. C. Criação de gado em Reservas Extrativistas: ameaça ou necessidade? O caso da Reserva Extrativista Talajós-Arapiuns, Pará, Brasil.” *Desenvolvimento e Meio ambiente*, v. 51, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/62902>. Acesso em: 30 nov. 2022.

TEBET, G.; TRIMBLE, M. Co-gestão adaptativa em áreas protegidas: reflexões a partir da estação ecológica de Guaraqueçaba, Paraná. Florianópolis: *GEOSUL*, v. 34, n. 73, 2019.

Disponível

em:

<https://pdfs.semanticscholar.org/dcef/365e3f0a35d5a1764b5ebc61875d95d9f5b5.pdf>.

Acesso em: 30 nov. 2022.

TEIXEIRA, T. C. W. A diversidade produtiva em Reservas Extrativistas na Amazônia: entre a invisibilidade e a multifuncionalidade. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58805>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ZÁRATE BOTÍA, C. G. (2008). *Silvícolas, siringueros y agentes estatales: el surgimiento de una sociedad transfronteriza en la Amazonia de Brasil, Perú y Colombia 1880-1932*. Bogotá, Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones (Imani).